

João Dallamuta
Luiz César de Oliveira
Henrique Ajuz Holzmann
(Organizadores)



Administração, Empreendedorismo e Inovação 6

João Dallamuta
Luiz César de Oliveira
Henrique Ajuz Holzmann
(Organizadores)



Administração, Empreendedorismo e Inovação 6

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A238	Administração, empreendedorismo e inovação 6 [recurso eletrônico] / Organizadores João Dallamuta, Luiz César de Oliveira, Henrique Ajuz Holzmann. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Administração, Empreendedorismo e Inovação; v. 6) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-775-8 DOI 10.22533/at.ed.758191111 1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações tecnológicas. I. Dallamuta, João. II. Oliveira, Luiz César de. III. Holzmann, Henrique Ajuz. IV. Série. CDD 658.421
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra é composta por pesquisas realizadas por professores de cursos de gestão. Optamos por uma abordagem multidisciplinar por acreditarmos que esta é a realidade da pesquisa em nossos dias.

Optamos pela separação em áreas amplas de conhecimento. No volume 1, trabalhos com uma abordagem empreendedora. No volume 2, trabalhos com vertentes em comportamento do consumidor e mercados. E no volume 3 uma abordagem gerencial ampla.

A realidade é que não se consegue mais compartimentar áreas do conhecimento dentro de fronteiras rígidas, com a mesma facilidade do passado recente. Se isto é um desafio para trabalhos de natureza mais burocrática como métricas de produtividade e indexação de pesquisa, para os profissionais modernos está mescla é bem-vinda, porque os desafios da multidisciplinariedade estão presentes no mercado e começam a ecoar no ambiente mais ortodoxo da academia.

Aos autores e editores, nosso agradecimento pela oportunidade de organização da obra, críticas e sugestões são sempre bem-vindas.

Boa leitura

João Dallamuta
Luiz César de Oliveira
Henrique Ajuz Holzmann

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES: AVALIAÇÃO DO GANHO DE EFICIÊNCIA EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA	
Pedro Henrique Pena Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7581911111	
CAPÍTULO 2	15
CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	
Ana Paula Klein	
Caciane Tainara Bloch	
Fabiane Luísa Zwick	
Diego Leonardo Wietholter	
DOI 10.22533/at.ed.7581911112	
CAPÍTULO 3	25
O FEEDBACK COMO FERRAMENTA NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
Marcelo Nunes da Silva	
Maria Aparecida Canale Balduino	
DOI 10.22533/at.ed.7581911113	
CAPÍTULO 4	36
ASPECTOS RELEVANTES PARA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
Roberto Medeiros da Fonsêca Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.7581911114	
CAPÍTULO 5	47
BENEFÍCIOS RELACIONADOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	
Wagner Igarashi	
Flávia Mayara Segate	
Deisy Cristina Corrêa Igarashi	
Lilian Moreira de Alvarenga Assolari	
Solange Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.7581911115	
CAPÍTULO 6	60
GERENCIAMENTO DA QUALIDADE TOTAL COMO FERRAMENTA DE COMPETITIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	
Hevelynn Franco Martins	
Dirson Leite Lima Júnior	
Sérgio Henrique Ferreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7581911116	
CAPÍTULO 7	72
GESTÃO & GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE LEAN INFORMATION TECHNOLOGY PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	
Jefferson Soares dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7581911117	

CAPÍTULO 8	90
IMPLEMENTATION OF SCENARIO PROSPECTING METHODS IN ECOLOGICAL FOOTPRINT INDICATORS FOR THE IDENTIFICATION OF AN ENVIRONMENTAL BALANCE IN THE PRODUCTION AND GLOBAL CONSUMPTION OF BEEF	
Regina da Silva de Camargo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7581911118	
CAPÍTULO 9	106
LOGÍSTICA DE TUBOS DE REVESTIMENTO E COMPLETAÇÃO NO MERCADO OFFSHORE UTILIZANDO A METODOLOGIA DMAIC PARA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DE DESPERDÍCIOS: UM ESTUDO DE CASO	
Junnia Fidalgo Barbosa Otacílio José Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7581911119	
CAPÍTULO 10	119
O IMPACTO DO REGISTRO CONTÁBIL NA PROMOÇÃO DA REPUTAÇÃO E RECIPROCIDADE	
Anderson José Freitas de Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.75819111110	
CAPÍTULO 11	132
INTEGRAÇÃO INTERNA E EXTERNA E A CAPACIDADE DE ABSORÇÃO COMO DETERMINANTES DO DESEMPENHO OPERACIONAL	
Adriana dos Santos Litvay	
DOI 10.22533/at.ed.75819111111	
CAPÍTULO 12	146
PERDENDO ALTITUDE: ASCENSÃO E DECLÍNIO DA INFRAERO	
Elaine Arantes Omar Daniel Martins Netto Jorge Miguel dos Reis Silva	
DOI 10.22533/at.ed.75819111112	
CAPÍTULO 13	166
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UMA APLICAÇÃO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM)	
Afonso Fonseca Fernandes Américo Matsuo Minori Raimundo Nonato de Souza Morais	
DOI 10.22533/at.ed.75819111113	
CAPÍTULO 14	179
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA) CAMPUS PRESIDENTE DUTRA	
Deivid Pereira Ribeiro Francisco Kenedy Quinderé Aquino Ítalo Anderson dos Santos Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.75819111114	

CAPÍTULO 15	194
AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS DO INSTITUTO FEDERAL DE DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG	
Gabriela Matos Miranda de Figueiredo Adriano Leal Bruni	
DOI 10.22533/at.ed.75819111115	
CAPÍTULO 16	206
GOVERNANÇA EM REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RIGIDEZ E CONTROLE, OU FLEXIBILIDADE E COESÃO?	
Anne Carolina Tonon Seneme Casarin Miguel Eugenio Minuzzi Vilanova Ernesto Michelangelo Giglio	
DOI 10.22533/at.ed.75819111116	
CAPÍTULO 17	225
“TIPO SOCIETÁRIO COOPERATIVA”	
Aramis Moutinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.75819111117	
CAPÍTULO 18	238
PROPOSTA DE MODELO DE AUDITORIA OPERACIONAL PARTICIPATIVA PARA O TCE/SC	
Thais Schmitz Serpa	
DOI 10.22533/at.ed.75819111118	
CAPÍTULO 19	258
POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	
Elvis de Assis Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.75819111119	
CAPÍTULO 20	275
A PERCEPÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL DOS FATORES DA CULTURA E O CLIMA ORGANIZACIONAL DENTRO DAS TRÊS DELEGACIAS DA POLÍCIA FEDERAL NA REGIÃO DE FRONTEIRA DO BRASIL	
Eliane Rodrigues do Carmo Sandra Maria Coltre	
DOI 10.22533/at.ed.75819111120	
CAPÍTULO 21	289
CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG)	
Rui Martins da Rocha Sônia Maria da Silva Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.75819111121	

CAPÍTULO 22 302

TEORIA DA AGÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL:
UM ESTUDO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRA BRASILEIRAS

Valdir Recalde de Oliveira

Juliano Lima Soares

DOI 10.22533/at.ed.75819111122

CAPÍTULO 23 324

POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E FATORES DE PRESSÃO NO TRABALHO:
ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL PRIVADO

Pedro Eduardo da Silva Castelsoni

Zélia Miranda Kilimnik

Kelly de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.75819111123

CAPÍTULO 24 336

ESTUDO SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUO: UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DAS
FERRAMENTAS 5S E FLUXOGRAMA NO AMBIENTE HOSPITALAR

Mariangela Catelani Souza

Elizângela Cristina Begido Caldeira

Bruna Grassetti Fonseca

Carlos Alípio Caldeira

Lygia Aparecida das Graças Gonçalves Corrêa

Anderson G. Penachiotti

Fausto Rangel Castilho Padilha

Patricia Cristina de Oliveira Brito Cecconi

Humberto Cecconi

Ana Paula Garrido de Queiroga

Tulio do Amaral Pessoa

Felipe Fonseca dos Santos Marques

DOI 10.22533/at.ed.75819111124

CAPÍTULO 25 347

DETERMINANTES DO *RATING* DE CRÉDITO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
EM PAÍSES EMERGENTES E NÃO-EMERGENTES

Joao Tupinambá Gomes Neto

José Alves Dantas

Jorge Katsumi Niyama

DOI 10.22533/at.ed.75819111125

CAPÍTULO 26 368

COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DO SUPORTE COMO
ANTECEDENTE E DA CIDADANIA COMO CONSEQUENTE

Márcia Baima Taleires de Vasconcelos

Ana Paula Moreno Pinho

DOI 10.22533/at.ed.75819111126

CAPÍTULO 27 381

PERCEPÇÕES DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS QUANTO À UTILIDADE
DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Deisy Cristina Corrêa Igarashi

Solange Pimentel
Wagner Igarashi
Flávia Mayara Segate

DOI 10.22533/at.ed.75819111127

CAPÍTULO 28 395

O COMPORTAMENTO DO INVESTIDOR NO MERCADO FINANCEIRO

Luiz Valdeci Primolan
Gildo de Souza Biserra
Larissa Santos Gomes Silva
Jéssica Carolina dos Santos
Harley Viana Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.75819111128

CAPÍTULO 29 407

OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

Simone Cristina Silva Moraes

DOI 10.22533/at.ed.75819111129

CAPÍTULO 30 420

OS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DE EMPRESAS PREJUDICAM AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Jean Gleyson Farias Martins
Jizabely De Araujo Atanasio Martins
Rodrigo José Guerra Leone
César Ricardo Maia De Vasconcelos
Rossana Medeiros Ataíde Sampaio
Ricardo Vitor Fernandes Da Silva

DOI 10.22533/at.ed.75819111130

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 439

ÍNDICE REMISSIVO 440

OS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DE EMPRESAS PREJUDICAM AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Jean Gleyson Farias Martins
Jizabely De Araujo Atanasio Martins
Rodrigo José Guerra Leone
César Ricardo Maia De Vasconcelos
Rossana Medeiros Ataíde Sampaio
Ricardo Vitor Fernandes Da Silva

SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES

ABSTRACT: This article is the product of a research that had as its central scope to investigate and analyze the current criteria for classification of the size of the company, and if these current criteria cause some injury in the development of these companies. The research about the objectives is exploratory, which covers literature review and documentary, with application of in-depth interviews. The research results showed the need for standardization of criteria that define the size of the company and that this lack of homogeneity has caused difficulties in the development of small and medium-sized enterprises.

KEYWORDS: Size of company. Criterion for classification. Small and medium-sized enterprises.

RESUMO: Este artigo é produto de uma pesquisa que teve como escopo central investigar e analisar os atuais critérios de classificação do porte das empresas, e se esses atuais critérios causam algum prejuízo no desenvolvimento dessas empresas. A pesquisa quanto aos objetivos é de caráter exploratório, que abrange revisão bibliográfica e documental, com aplicação de entrevistas em profundidade. Os resultados da pesquisa evidenciaram a necessidade de padronização dos critérios que definem o porte das empresas e que essa ausência de homogeneidade tem prejudicado no desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Porte de empresa. Critério de classificação. Pequenas e médias empresas.

THE CURRENT CRITERIA FOR
CLASSIFICATION OF SIZE OF COMPANIES
AFFECT THE DEVELOPMENT OF MICRO,

1 | INTRODUÇÃO

Os trabalhos científicos em Ciências Sociais aplicadas, em especial na área da Administração de Empresas, têm como uma das dificuldades encontrada pelos pesquisadores a definição da amostra do estudo (FREIRE; MURITIBA; MURITIBA, 2017). Um aspecto relevante quanto aos estudos sobre a administração de empresas são as quantidades de variáveis existentes em diferentes tipos de

organizações, já que, muitas possuem perfis diferentes, por isso os resultados não podendo ser generalizados para outros tipos de empresas (COGHLAN; COUGHLAN; BRENNAN, 2004). No que se refere ao estudo da administração de empresas uma das maiores dificuldades existente é a caracterização do porte das empresas (TONN, 2011; MARTINS; LEONE; LEONE; FREIRE; MURITIBA; MURITIBA, 2017).

Atualmente existem inúmeras instituições nacionais e internacionais que utilizam diferentes critérios para definirem as empresas de pequeno, médio e grande porte, primeiro por critérios diferentes – se a empresa é serviço, comércio ou indústria – como o faturamento ou número de funcionários – e depois por faixas diferentes dentro desses critérios (VOLKER; PHILLIPS; ANDERSON, 2001). No entendimento de Freire (2017) na academia não há um critério homogeneizador capaz de definir e caracterizar o porte das empresas. A maioria das tentativas de definição foi feita, pelos países em geral, como elemento de base para a elaboração de políticas públicas como forma de receberem tratamento diferenciado em função do tamanho das organizações (FILION, 1991). Contrapondo o que foi mencionado anteriormente para os autores (Martins et al., 2017), no artigo “Proposta de Método para Classificação do Porte das Empresas” onde os autores propuseram um modelo para classificar o porte das empresas.

No entanto, mesmo com esse modelo acadêmico, o processo de classificação do porte das empresas continua vigente. Torna-se relevante relatar que ainda mesmo com critérios nacionais e internacionais para classificar o porte da empresa existem diferentes critérios dentro do mesmo país, em funções políticas governamentais de diversos órgãos ou institutos, sejam eles municipais, estaduais ou federais podem originar critérios diferentes. Esses diversos fatores originam uma multiplicidade de definições de micro, pequenas e médias empresas (MPEs), como por exemplo no Brasil (LIMA, 2001). Contudo, esses critérios se encontram mais nas políticas de mercado, por meio de organismos que procuram regular ou estimular a economia de cada país, do que nas academias.

Nessa esteira, a pesquisa tem como questão problema: A ausência de um critério homogêneo de classificação do porte de empresas prejudica no desenvolvimento e crescimento das micro, pequenas e médias? Sendo assim, delimitamos o escopo geral do estudo é: Identificar se ausência de um critério homogêneo de classificação do porte de empresas prejudica no desenvolvimento e crescimento das micro, pequenas e médias.

Essa pesquisa justifica-se pela relevância em se analisar os critérios de classificação de empresas em pequenas e média, visto que esses fatores interferem na fomentação e/ou crescimento das empresas PME's. Uma padronização nos métodos de classificação das empresas poderá gerar uma melhoria nas políticas governamentais, na obtenção de investimentos entre outros benefícios. Contudo, se percebe a falta dessa padronização, e os efeitos são percebidos exatamente ao contrário dos esperados, caso houvesse uma padronização. Diante desse, o cenário

revela a seriedade do presente estudo e a necessidade de novas reflexões sobre o tema.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Critérios de classificação das empresas

A administração contemporânea tem evidenciado uma preocupação crescente com o fenômeno de criação de empresas e na compreensão do papel desempenhado pelas empresas de pequeno porte na economia, entretanto, existe o problema de definição de pequena empresa, é o que se verifica em todos os estudos envolvidos com o desenvolvimento destas unidades econômicas (LEONE, 1991). O autor Vieira (2002), colabora afirmando que existem diferentes critérios de definição de empresas, isso se deve ao fato de que a definição do porte das empresas está diretamente ligada às condições gerais do país em que atuam. A empresa considerada de pequeno porte em um país, pode ser considerada de médio porte em outro país.

É inviável realizar estudos sérios com estatísticas que são levantadas por meio de bases diferentes. Assim, um critério único é imprescindível para as análises comparativas e análises estatísticas de tendência temporal (LEONE, 1991). Várias iniciativas com a finalidade de categorizar as empresas quanto ao seu porte foram tomadas. Contudo, essas ações resultaram em uma variedade de critérios para a definição de porte empresarial, e em decorrência os diversos órgãos não operam segundo um critério padronizado (IPEA, 2013).

A problemática na definição quanto ao porte das pequenas e médias empresas é presente nos diversos estudos, estes sempre empregam de diferentes critérios para definir o porte das empresas para assim delinear as pesquisas acadêmicas, os órgãos públicos, nos quais tem a prerrogativa de elaborar políticas de desenvolvimento desses empreendimentos, sofrendo os mesmos problemas na tentativa de descobrir possíveis soluções utilizando os critérios quantitativos, qualitativos e mistos (MARTINS, 2014). Nesse sentido, as subseções a seguir apresentam um estudo mais aprofundado dos respectivos critérios utilizados para classificar as empresas PME's, critérios esses: quantitativo, qualitativo e misto.

2.1.1 Critérios Quantitativos

Os critérios quantitativos são os mais fáceis de serem apurados e manipulados, o que facilita a obtenção de informações das empresas, definição de parâmetros, e conseqüentemente permitindo uma análise comparativa entre elas. O que faz desse critério o de uso mais frequente em todos os setores (LEONE E LEONE, 2012; MARTINS, 2014; TERENCE, 2002). Leone (1991) afirma que os critérios quantitativos são considerados critérios econômicos, e que esses critérios são de muitos tipos e tocam em diversas áreas da atividade empresarial. Os de uso mais frequentes são: valor do capital social, o valor do ativo imobilizado, o valor de vendas e o número

de empregados. Terence (2002) confirma dizendo que os critérios quantitativos são, geralmente, de ordem econômica e/ou contábil, sendo determinados com base em aspectos como faturamento bruto anual, números de funcionários, capital social e outros.

Para Lima (2001), os critérios quantitativos são coletados e identificados de forma prática quando comparados com os qualitativos, o que faz esse critério ser predominante. Os de maior emprego são: valor do ativo imobilizado, número de empregados, faturamento ou volume de vendas, cálculo do valor adicionado, valor ou estrutura do capital social, número de dirigentes, consumo de energia e número de centros de lucro. Entretanto, para definir as empresas não devemos nos restringir apenas a critérios quantitativos, pois eles omitem características qualitativas essenciais para compreensão das micros e pequenas empresas, é o que nos alerta (LIMA, 2001).

De acordo com Martins (2014), com o objetivo de atribuir e caracterizar uma empresa de pequeno porte, os pesquisadores têm selecionado métricas como o volume de bens ativados, o faturamento, o volume de vendas e o número de empregados, sendo os dois últimos os mais utilizados. Leone (1991) acrescenta dizendo que o uso de um determinado critério sempre depende das finalidades que tentam alcançar o pesquisador, o analista, a agência de créditos e financiamento ou a instituição governamental. Leone e Leone (2012) apresenta alguns critérios quantitativos, são eles: Número de empregados, Volume anual de vendas, Faturamento (ou receita) anual bruto, Capital social, Estrutura de financiamento, Valor do passivo, Valor do patrimônio líquido, Consumo de energia, Centro de lucros, Quantidade de dirigentes, Valor do ativo Imobilizado, e outros.

Para o Ipea (2013), o número de empregados é um critério que classifica o porte das empresas em função do número de pessoas ocupadas e do setor que atuam. O número de empregados é uma regra amplamente utilizada, devido ser de fácil coleta e manipulação (LEONE, 1991). Para Pianca (2003) esse não parece ser o melhor critério, uma vez que, pequenas empresas em termos de funcionários são capazes de faturar volumes enormes, fazendo uso do poder tecnologia. Contudo, Tafner (1995) colabora dizendo que o número de empregados é uma variante bem usada para expressar o porte da empresa, se apresentando ora isolado ou em conjunto com uma variável econômico-financeira. O faturamento ou receita anual bruta é outro critério bastante utilizado pelos órgãos competentes. Para Leone e Leone (2012) essa metodologia de classificação traduz uma informação econômica, pois exhibe o fluxo operacional da companhia. Entretanto, está sujeito a flutuações da moeda e aos critérios contábeis.

Assim, o faturamento é um dos critérios de maior interesse do mercado financeiro e das instituições financeiras, pois são elas que fornecem os créditos para as empresas que a buscam. De acordo com Morais (2006), a receita anual das empresas é uma variável de classificação por dois motivos: o primeiro para o enquadramento de MPE's em programas de tributação simples do governo federal e dos estados e a segunda

para ingresso aos programas de concessão a créditos criados pelo governo.

2.1.2 Critérios Qualitativos

De acordo com Leone (1991), os critérios qualitativos apresentam uma imagem mais fiel das empresas, uma vez que tocam, essencialmente, na sua estrutura interna, na sua organização e nos estilos de gestão. Os critérios qualitativos, diferentemente dos quantitativos, eles não possuem medidas numéricas, e sim características peculiares que acabam diferenciando as micros, pequenas e médias empresas das grandes empresas (MARTINS, 2014).

Conforme alerta Leone e Leone (2012), o uso dos critérios qualitativos não deve ser utilizado de forma independente e sim de forma conjunta, onde os dados são obtidos mediante estudo interno do processo empresarial de cada empresa sendo dessa maneira de pouco uso nas pesquisas onde se tem a necessidade de classificar o porte da empresa antes de propriamente se chegar a “entrar” na empresa. Drucker (1981) acredita na utilidade de um critério qualitativo, segundo ele, o tamanho do empreendimento afeta vitalmente a composição administrativa pois cada tamanho exige um procedimento e uma atitude distinta dos órgãos administrativos.

Enquanto os critérios quantitativos dão uma visão estática a empresa, os critérios qualitativos aparecem em um cenário mais de movimento, de ação gerencial, mostrando a empresa no seu dia a dia, na utilização de seus recursos materiais e da sua força humana, atuando com fornecedores e clientes, fazendo uso de empréstimos e financiamento e mostrando a caráter íntimo de sua atividade empresarial (LEONE, 1991). Nesse mesmo entendimento, Cêra e Filho (2003) afirmam que os critérios qualitativos retratam fielmente as peculiaridades organizacionais desses pequenos empreendimentos porque representam, na sua essência, a estrutura organizacional, o modo de gestão, a organização da empresa, o perfil do gestor, a maneira como esse a governa, o modo como resolve as dificuldades, a estilo de tomar as decisões e a forma como se comportam diante do ambiente externo.

As PME'S possuem suas características próprias e geralmente são classificadas com os seguintes critérios, como afirma Pinheiro (1996): é de propriedade de um indivíduo ou de um pequeno grupo de pessoas, é administrada pelo(s) proprietário(s) de forma independente, de mantém como agente principal na deliberação de decisão, os recursos para os investimentos necessários advém de capital próprio, sua área de atuação e operação geralmente são limitadas pela sua localização, a sua atividade produtiva é considerada mediana, não ocupando uma posição de destaque em relação ao mercado.

É pertinente o uso de critérios qualitativos e quantitativos, para se definir em qual grupo determinada empresa está classificada, e essa classificação exige dos especialistas uma maior compreensão dos fatores que envolvem o universo das

micros e pequenas empresas, tornando-se importante o enquadramento dessas entidades em suas respectivas faixas de classe (MORELLI, 1994).

Terence (2002), afirma que os critérios qualitativos, mesmo que sejam mais subjetivos e difíceis de definir, todavia exprimem com maior veracidade a natureza da empresa, levando em conta as suas especialidades nos aspectos administrativos como, por exemplo: tecnologia empregada, estrutura da organização, grau de instrução de mão de obra, relacionamento interpessoal entre empregado e administrador, tipos de máquinas e ferramentas, utilização de ferramentas administrativas, entre outros. Corroborando Bueno (2003), colabora dizendo que os critérios qualitativos são critérios que possuem uma dificuldade de coleta, pois devem ser coletados através de visitas internas às empresas, mas fornecem uma visão multidimensional da organização empresarial. Segundo o autor, essas variáveis refletem o perfil do gestor-proprietário, as atitudes e as maneiras como são conduzidos todos os processos da empresa. E que além disso, os critérios não devem ser analisados de forma isolada, pois só fazem sentido se analisadas dentro de um contexto das características que a compõem.

A classificação qualitativa das pequenas empresas permite uma melhor concepção teórica sobre o objeto de estudo, já que essas variáveis fornecem melhor descrição das empresas em seus contextos de atuação. No entanto, é importante destacar que as utilizações dos critérios qualitativos são dificultadas pela heterogeneidade existente nas empresas (SEMENSATO E FILHO, 2012). Nessa linha de pensamento Martins (2014), ressalta que existe um terceiro critério para classificar as empresas quanto ao tamanho, esse critério é o misto. Os critérios mistos, consiste na combinação dos critérios quantitativos e qualitativos independentes entre si, podendo nos fornecer melhores resultados.

2.1.3 Critérios Mistos

Os critérios mistos compõem uma conjunção de critérios quantitativos e qualitativos, porém sem interligá-los; eles permanecem independentes é o que afirma Leone (1991). Conforme Pinheiro (1996), a associação de critérios quantitativos e qualitativos, combinando indicadores econômico com características políticas e sociais, parece permitir análise mais adequada para fins de classificação das empresas, como micro ou pequenas empresas. Gimenez (1986) afirma que as organizações voltadas para o apoio de pequenas empresas buscam empregar critérios mistos, fugindo da inflexibilidade que os critérios quantitativos sempre acarretam.

Na literatura, alguns autores asseguram não ser de grande ajuda a utilização de critérios combinados, é o caso de Rattner (1984), afirmando que o recurso de critérios combinados, tais como a posição do mercado, acessibilidade ao mercado financeiro, números de empregados e a relativa divisão do trabalho, não colaboram para a classificação do tamanho das empresas, por tomar como base conceitos imprecisos, levando estudiosos e gestores a privilegiarem índices quantitativos.

Entretanto, Felipe e Ishisaki (2002) argumentam que o ideal seria a combinação de ambos aspectos por levar em consideração fatores econômicos, características sociais e políticas da empresa, e do ambiente empresarial onde ela atua.

Um grupo de trabalho brasileiro que foi instituído através de Decreto de lei nº 77941 de 30 de junho de 1976, que tinha como objetivo propor um programa especial de apoio à pequena e média empresa, estabeleceu um critério quantitativo para uma pequena empresa de produção anual inferior a 3 mil salários mínimos, além de critérios qualitativos que assim se configuram: baixa relação investimento/mão-de-obra empregada, decorrente de menor complexidade do equipamento produtivo, o que as capacita a gerar emprego a menor custo social e privado; menor dependência das fontes externas de tecnologia; papel complementar às atividades industriais mais complexas; extensa rede de produção e distribuição de bens e serviços, o que contribui decisivamente para a desconcentração industrial e suporte à política de apoio às cidades de porte médio, viabilizando a utilização de recursos locais disponíveis e retendo mão-de-obra liberada do setor rural, antes do seu deslocamento para os centros urbanos congestionados (LEONE, 1991).

2.2 Classificação do porte das empresas no mundo

A preocupação dos países no desenvolvimento das micro e pequenas empresas, considerando a sua relevância socioeconômica não é recente, pode ser observado que a primeira nação a prever tratamento jurídico diferenciado aos pequenos empresários foi a Alemanha, em seu Código Comercial de 1987. Entretanto, foi o direito italiano com maior embasamento que sistematizou e ordenou sobre a pequena empresa, concluindo pela distinção, não só quantitativa, mas também qualitativa dos pequenos negócios frente aos demais (SANTOS, 2012). Quem primeiro definiu oficialmente o termo pequena empresa foi o EUA, pelo meio do Select Service Act de 1948. O ato estabeleceu que para ser considerada uma pequena companhia a mesma não poderia ser posição dominante em sua atividade empresarial, não poderia ser maior que 500 o número de empregados e que a gestão e posse fosse realizada de forma independente (KASSAI, 1997; LEONE, LEONE, 2012).

Na União Europeia com o “Comission Recommendation” de 3 de abril de 1996, atualizada em 6 de maio de 2003, cuja atualização passou a vigorar em 1 de janeiro de 2005, houve a preocupação em estabelecer critérios destinados a identificar se determinada empresa é micro, pequena ou média empresa. Portanto de acordo com as recomendações se considera uma empresa como microempresa aquela que empregar até 10 funcionários e que o volume de negócios anual seja inferior a 2 milhões de euros; como pequena empresa se em seu quadro de funcionários tiver até 50 funcionários e receita com faturamento anual não ultrapassar os 10 milhões de euros; e como média empresa aquelas que possuem como funcionários até 250 pessoas e volume de faturamento anual de até 50 milhões de euro ou balanço inferior

a 43 milhões de euros.

No Reino Unido, de acordo com a “Lei de Empresas do Reino Unido”, de 2006 uma pequena empresa é definida como uma empresa que não possua um volume de negócios superior 6,5 milhões de Libras e empregam menos de 50 pessoas, e empresa de médio porte como aquela que possui menos de 250 pessoas empregadas e volume de negócios inferior a 25,9 milhões de Libras. (OIS, 2012).

Dependendo do país, o tamanho da empresa pode ser definido por número de funcionários, receitas anuais, ativos ou uma combinação desses. Podendo também variar de indústria para indústria. A tabela a seguir sintetiza os critérios utilizados na classificação das empresas por alguns países do MERCOSUL:

PAÍS	CRITÉRIOS
Argentina	<ul style="list-style-type: none">• Faturamento anual (expresso em pesos), com diferentes faixas para agropecuária, indústria/mineração, comércio e serviços;• Número de empregados.
Chile	<ul style="list-style-type: none">• Faturamento anual (expresso em unidades de fomento, principal indexador da economia chilena).
Equador	<ul style="list-style-type: none">• Número de empregados;• Volume de capital (expresso em dólares).
Peru	<ul style="list-style-type: none">• Número de empregados;• Faturamento anual (expresso em unidades impositivas tributárias).
Uruguai	<ul style="list-style-type: none">• Número de empregados• Ativo total (expresso em dólares);• Faturamento líquido anual (expresso em dólares).
Venezuela	<ul style="list-style-type: none">• Número de empregados;• Faturamento anual (expresso em unidades tributárias).

Tabela 1: Critérios de Classificação do tamanho em alguns países do MERCOSUL.

Fonte: adaptado de Micro, Pequenas e Médias Empresas: Definições e Estatísticas Internacionais. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2.3 Classificação do porte das empresas no Brasil

No Brasil a preocupação com as empresas de pequeno porte ganhou mais força nos anos 70, quando em 1972 foi criado o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – CEBRAE, e em 1976 é atribuída ao Banco do Brasil de forma legal a missão de contribuir para o conhecimento, através de estudos, da pequena e média empresa (PME) bem como cooperar no atendimento financeiro desse segmento econômico (TAFNER, 1995).

Desde então, o número de micro e pequenas empresas (MPes) no Brasil vem apresentando crescente aumento, o que revela que essas empresas cumprem uma função de ampla importância no cenário socioeconômico brasileiro, e é responsável em gerar grande parte dos empregos no mercado brasileiro, bem como contribui consideravelmente no PIB do país (BANTERLI, MANOLESCO, 2007). Ressalta-se que no Brasil com base nos levantamentos existem aproximadamente 6,4 milhões de estabelecimentos, onde desse total 99% são representadas por micro e pequenas empresas (MPE). Dos empregos com carteiras assinadas no setor privado as MPes

respondem por 52% (SEBRAE, 2017).

Diante do valor que as micros e pequenas empresas representam em gerar empregos e na sustentação do crescimento econômico, é possível verificar ainda a falta de importância pelo governo na solução de suas principais dificuldades. Existe um déficit de incentivos para fomento dessas empresas no propósito de alavancar a produtividade e a competitividade da economia nacional. É o que também afirma Martins (2014), expressando que apesar da importância das pequenas e médias empresas na estrutura econômica vigente no Brasil, essas empresas não se encontram e seus devidos lugares em virtude de o valor e os problemas desse segmento ainda não estar sendo totalmente reconhecido e equacionados a partir de um entendimento que os distingam.

As MPEs apresentam algumas características em comum, o que pode ser visto na Confederação Nacional do Comércio (2000): Exibem uma simples estrutura organizacional, o dirigente principal é responsável pela toma de decisão, os recursos empregados na atividade são limitados, e as fontes de financiamentos são insuficientes e de difícil acesso, falta especialização em mão de obra empregada, não dominam o setor onde atuam, normalmente ficam subordinados a empresas de grande porte e existe estreito vínculo entre o empresário e a empresa, gerando muitas vezes dificuldades na administração. Apesar de características em comum, o comportamento econômico e social de uma pequena empresa é diferente de uma média empresa, que é diferente de uma microempresa, portanto é necessário um estudo no propósito de revelar problemas distintos a essas empresas (LEONE, 1991).

Na concepção de Drucker (1981), o tamanho da empresa não altera sua natureza ou os seus princípios administrativos, assim como não modifica os problemas básicos dos gestores, nem ainda interfere na gerência do trabalho e do trabalhador. Contudo o tamanho afeta a composição administrativa, pois cada tamanho exige um procedimento e uma atitude diferente dos órgãos administrativos. Devido as instituições, associações e pesquisadores adotarem critérios diferentes para propósitos diferentes, se torna basicamente complexo e até arbitrário mencionar um padrão de tamanho para classificar pequenas e médias empresas. Portanto a classificação das empresas é uma questão problemática dada a diversidade de critérios, condições econômicas e produtivas. (TERENCE, 2002).

Sendo assim, a classificação do porte das empresas é necessária pois vai permitir uma melhor avaliação do potencial econômico, da capacidade de gerar empregos e do tamanho da sua renda, dando condições de instituições financeiras, seja governamental ou privada, em fomentar esse segmento fornecendo acesso aos programas de créditos financeiros.

Cabe apontar que existe uma variedade de critérios na classificação do porte das empresas ao redor do mundo, e no Brasil não é diferente. O IBGE (2001) observa através de seus estudos que, na prática, existe uma variedade de critérios para delimitação do segmento das micro e pequenas empresas. Essa variedade na definição

dos segmentos das empresas se apresenta tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, ora baseando-se no valor de faturamento, ora no número de pessoas empregadas, não existindo uma unanimidade.

No aspecto legal, torna-se muito importante o enquadramento das empresas em microempresas, pequenas, médias ou grandes empresas, devido ao fato de que a obtenção de créditos e incentivos e a isenção de impostos, por exemplo, ocorre em função do tamanho da empresa (VIEIRA, 2002). Diversas são as instituições públicas e privadas no Brasil que se emprega de diferentes critérios para classificar as empresas.

O Banco do Nordeste (BNB), que tem como missão atuar no desenvolvimento da região nordeste, é responsável pela administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o mesmo define o porte da empresa a partir do critério da receita bruta anual, de acordo com a tabela a seguir.

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL (R\$ 1,00)
Micro	Até R\$ 360.000,00
Pequeno	Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00
Pequeno-Médio	Acima de R\$ 3.600.000,00 até R\$ 16.000.000,00
Médio	Acima de R\$ 16.000.000,00 até R\$ 90.000.000,00
Grande	Acima de R\$ 90.000.000,00

Tabela 2: Classificação do porte da empresa conforme critérios BNB

Fonte: Banco do Nordeste (2017)

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foi criado para dar apoio aos pequenos negócios, e tem como lema estimular o empreendedor e qualificá-lo, possibilitando a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. O critério adotado para a classificação de empresa é definido em função do número de pessoas ocupadas e depende do setor de atividade econômica. Na tabela 3 está a descrição dos grupos de acordo com o número de pessoas ocupadas:

PORTE	SETORES	
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Tabela 3: Classificação do porte da empresa conforme SEBRAE

Fonte: SEBRAE (2014, p..17)

Considerado, o cenário atual, como um dos principais instrumentos do Governo Federal brasileiro para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também é considerado um dos maiores bancos de desenvolvimento

do mundo. Fomenta empresas de todos os portes na modernização, expansão e concretização de novos negócios. Visando a geração de empregos, rendas e inclusão social (BNDES, 2017).

O critério de classificação utilizado pelo BNDES para definir o porte da empresa é realizado conforme a Receita Operacional Bruta (ROB) anual. Receita operacional bruta compreende o valor total de vendas de produtos ou serviços pela entidade durante o período (MARTINS, MIRANDA, DINIZ, 2014). Na tabela a seguir é apresentado a classificação:

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA BRUTA ANUAL
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil
Pequena empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 3,6 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Tabela 4: Classificação do porte da empresa conforme BNDES

Fonte: BNDES (2017)

O Simples Nacional que apresenta um regime de tributação diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte com a finalidade de garantir maiores perspectivas de concretização desses negócios, utiliza como critério de classificação das empresas a receita bruta anual (COSTA, 2010). A microempresa será aquela empresa que aufera em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 a empresa será considerada como empresa de pequeno porte.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA	FATURAMENTO ANUAL
Grupo I – Empresa de Grande Porte	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo II – Empresa de Grande Porte	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.

Tabela 5: Classificação do porte da empresa conforme SIMPLES NACIONAL

Fonte: Receita Federal (2017)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população. O critério utilizado para classificação da capacidade econômica da empresa, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é o faturamento bruto anual. A classificação está distribuída em seis grupos, conforme a tabela a seguir:

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA	FATURAMENTO ANUAL	COMPROVAÇÃO DE PORTE
Grupo I – Empresa de Grande Porte	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.	Dispensa comprovação.
Grupo II – Empresa de Grande Porte	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.	Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário imediatamente anterior, juntamente com o recibo de entrega.
Grupo III – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.	
Grupo IV – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.	Certidão da Junta Comercial ou do Cartório Reg. Civil PJ em que conste a informação de ME ou
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139/2011.	
Microempresa	Igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139/2011.	

Tabela 6: Classificação do porte da empresa conforme a ANVISA

Fonte: ANVISA (2017)

O Metodologia para o enquadramento e identificação das empresas por porte, utilizada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) é o número de empregados associado ao valor exportado por ela no período considerado, distribuídos por ramo de atividade (indústria e comércio/serviços). Seguindo os parâmetros adotados pelo Mercosul, de acordo com suas resoluções 90/93 e 59/98. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) tem por missão formular, executar e avaliar políticas públicas para a promoção de competitividade, do comércio exterior, do investimento e da inovação nas empresas (MDCI, 2017).

PORTE	INDÚSTRIA		COMÉRCIO E SERVIÇOS	
	Nº Empregados	Valor	Nº Empregados	Valor
Micro Empresa	Até 10	Até US\$ 400 mil	Até 5	Até US\$ 200 mil.
Pequena Empresa	De 11 a 40	Até US\$ 3,5 milhões	De 6 a 30	Até US\$ 1,5 milhão
Média Empresa	De 41 a 200	Até US\$ 20 milhões	De 31 a 80	Até US\$ 7 milhões
Grande Empresa	Acima de 200	Acima de US\$ 20 milhões	Acima de 80	Acima de US\$ 7 milhões

Tabela 7: Classificação do porte da empresa conforme a MDCI

Fonte: MDCI (2017)

Os órgãos de pesquisa nacional também utilizam critérios diferentes para classificação das empresas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza como critério a atividade econômica, já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aplica como parâmetro o número de trabalhadores, e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) leva em consideração a receita bruta anual.

Portanto, ao analisar as entidades do Brasil a respeito dos critérios para definição de porte empresarial, ficou manifesto que são variados os critérios para classificação das empresas pelos órgãos brasileiros. Os dois critérios, mas aceitos são: quantidade de pessoal ocupado e o faturamento da empresa, contudo, cada órgão tem sua peculiaridade de acordo com seus interesses e propósitos.

3 | MÉTODO

A tipologia utilizada nesta pesquisa, está orientada por Vergara (1997), quanto aos fins e aos meios. Quanto aos fins, adotou-se uma abordagem qualitativa, descritiva e um estudo de campo. Já quanto aos meios propôs uma pesquisa de campo. O método utilizado na pesquisa foi qualitativa. Segundo Vergara (1997) assegura que pesquisas qualitativas investigam as realidades sociais por meio da compreensão e interpretação do significado humano e seus processos de construção social.

O universo e amostra, deu-se por gestores que trabalham em micro, pequenas e médias empresas, assim como também profissionais na área de gestão como administradores, contadores, economistas e professores. A técnica de amostragem utilizada foi não probabilística por de maneira intencional, baseando-se na conveniência assim como acessibilidade (FLICK, 2009).

Para a coleta de dados foi realizado uma entrevista estruturada referente à questão problema da pesquisa, outro ponto importante todas as entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistado. Ela ocorreu entre 10 de março e 15 de abril de 2019. Utilizou-se para tratamento estatístico qualitativo seguindo o direcionamento de Bardin (2011), no qual prevê três etapas para análise e conteúdo, fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Conforme o esquema metodológico apresentado na Figura 1:

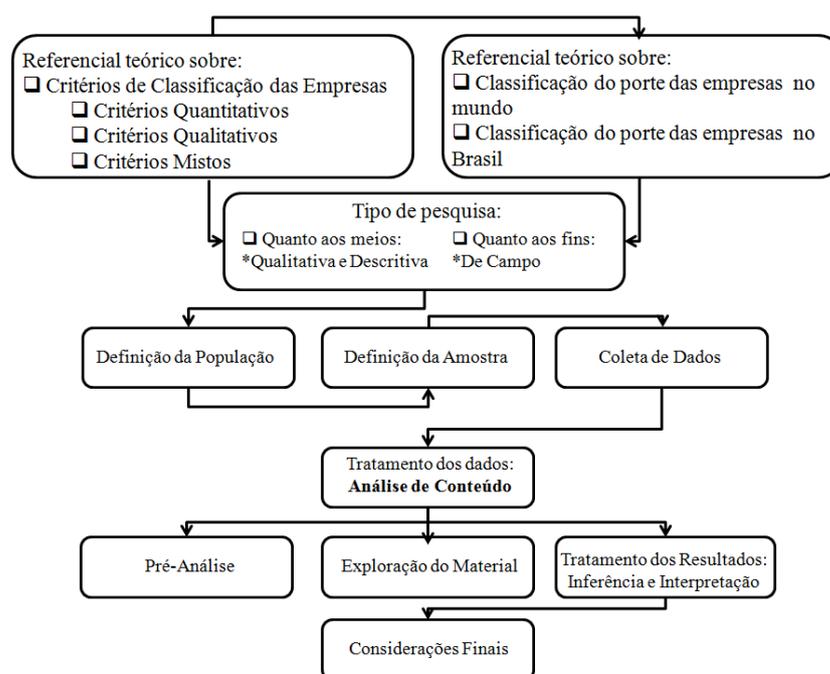


Figura 1 - Esquema metodológico

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os entrevistados que participaram da pesquisa são profissionais na área de gestão, professores universitários e contadores. Variando a faixa etária de 27 a 45 anos, escolhidos de forma aleatória por proximidade dos entrevistadores, com o gênero predominantemente homens, uma vez que 10 profissionais 2 eram mulheres. Todos os entrevistados se dispuseram a responder voluntariamente as perguntas semi-estruturadas (roteiro).

Durante a realização das entrevistas de profundidade (roteiro), os participantes responderam primeiramente ao seguinte questionamento: os atuais critérios de classificação do porte das empresas prejudicam ou não no desenvolvimento das pequenas e médias empresa?

Inicialmente o entrevistado (1), afirma que “não que vá prejudicar”, mas “que pode ter o potencial de dificultar o acesso ao crédito e as políticas públicas de fomentos para as instituições”.

O entrevistado (2), disse que “sim, na questão financiamento, uma vez que as empresas para crescer precisão de aporte financeiro” para o entrevistado (2) a peça essencial seria a empresa ter “estratégia, pela estratégia vai demonstrar aos órgãos financeiros que ela possui capacidade de pagamento” ao final ela afirma que “realmente o fato de não possuir um critério homogêneo, realmente, prejudica”.

O entrevistado (3), ao ser questionado sobre a classificação do porte das empresas afirma: “atrapalha não só as empresas, mas também a academia, e as pesquisas científicas”.

O entrevistado (4), afirmou ao ser questionada “que de fato prejudica”.

O entrevistado (5), nos afirmou que “na minha visão realmente prejudica”.

O entrevistado (6), relata que “verdadeiramente não existe uma padronização e que dificulta muito a análise gerencial, tributária e financeira das empresas e ainda mais quando as empresas vão pedir um empréstimo, independente da instituição bancárias, uma entende que é de grande porte e a outra pode entender que seja de pequeno porte a mesma empresa”.

Ao entrevistado (7), também foi realizado a mesma pergunta, e nos disse: “Que a ausência de um critério homogêneo prejudica no crescimento e desenvolvimento das empresas, uma vez que, políticas públicas assim como concessão de créditos são dados em função de um tipo de critério”. O mesmo ainda alega: “cada órgão público municipal ou federal possui seus próprios critérios de classificação do porte, isso prejudica quando uma instituição considerada pequena, mas com grande potencial não vai possuir direitos que poderiam ajuda-la no crescimento”.

Entrevistado (8), nos relatou: “No meu ponto de vista prejudica sim, pois não há uma uniformidade nos padrões a serem seguidos e isso impacta diretamente no planejamento das pequenas e médias empresas, porque a mesma empresa pode ser considerada de grande porte em um órgão e em outro pode ser considerada pequena

devido ao critério de classificação”.

Entrevistado (9), alegou: “que compromete na parte de financiamento porque os bancos precisam de um critério para liberar o financiamento para as empresas em função do porte da empresa”.

Entrevistado (10), citou: “essa falta de padronização só tem a prejudicar as empresas, em especial as de pequeno e médio porte. Uma vez que é necessária maior dedicação por parte do empreendedor na parte burocrática para alcançar bons resultados”.

Na sequência foi realizado aos entrevistados a seguinte pergunta: Se houvesse essa padronização na classificação das empresas, você acredita que poderia ter mais ações do governo em prol das PME's?

Entrevistado (1) respondeu: “Acredito que sim. Podemos tomar o BNDES como exemplo, será que é dada a mesma atenção as micros e pequenas empresas como é dado as grandes empresas? ”.

O entrevistado (2) afirmou: “Poderia sim”, e fez uma ressalva para os empresários: “é muito importante que os empresários busquem ajuda de órgãos competentes, como o SEBRAE, para uma maior qualificação.

O mesmo foi perguntado ao entrevistado (3), que nos disse: “A padronização ajudaria sim. Eu preciso saber que tipo de empresa eu sou, e em que contexto estou para ter acesso a políticas públicas”.

O entrevistado (4) alegou: “Certamente, pois essa falta de padronização só tem afetado negativamente as empresas.

O entrevistado (5) declarou: “Acredito que sim, com um padrão fica um negócio mais definido”.

O entrevistado (6) por sua vez falou: “ Uma harmonização de padrões só traria resultados positivos. Seria interessante criar o órgão responsável nessa padronização.

O Entrevistado (7) revelou: “Acredito que sim, uma padronização do porte das empresas traria possibilidade de crescimento e desenvolvimento das unidades empresariais, as políticas de fomentos poderiam contribuir muito para as empresas, consequentemente teriam mais acesso a créditos, e créditos mais subsidiados, tratamento mais justo em relação a tributação”.

Entrevistado (8) confessou: “Seguramente, porque o governo poderia realizar estatísticas que representasse a realidade da empresa, e consequentemente realizar ações de apoio”.

Entrevistado (9) afirmou: “É possível que sim. ”.

Entrevistado (10) nos afirmou: “Provavelmente sim, pois com essa padronização fica mais fácil de realizar estudos e desenvolver ações”.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou os atuais critérios de classificação do porte das empresas

como alvo deste estudo, buscou-se identificar se a ausência de padronização desses critérios prejudica no desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Por meio das revisões bibliográfica e documental ficou enfatizada a importância de se buscar uma definição padrão sobre a conceituação de pequena e média empresa, possibilitando estudos mais direcionados. Foi realizado um estudo conceitual sobre os critérios existentes para definição do porte das empresas. Ficou evidente que os critérios quantitativos ganham destaque em função de sua facilidade de coleta, manipulação e análise dos dados. Dos quais o faturamento bruto anual e o número de empregados são os mais utilizados pelos diversos órgãos. Já os critérios qualitativos estão mais ligados com aspectos subjetivos, ou seja, é um comportamento quase que exclusivo de cada empresa. Identificou-se ainda que os critérios mistos apresentam atributos sociais e políticos ligados a indicadores econômicos.

Diante dos resultados alcançados, percebe-se que a questão de pesquisa foi respondida, demonstrando que, para os entrevistados a falta de padronização tem gerado prejuízos no desenvolvimento das empresas de pequeno e médio porte. Os pontos destacados pelos entrevistados que apresentam maior detrimento para esses empreendimentos estão no acesso ao crédito e as políticas públicas, e causa ainda dificuldades na análise gerencial, tributária e financeira. Os entrevistados em sua maioria acreditam que se houvesse uma padronização desses critérios existiria maior ações de fomento por parte do governo.

Sugere-se futuras investigações sobre o tema, diante da necessidade de se estabelecer um critério padrão que seja utilizado nos diversos órgãos e também na academia. Visto a limitação desta pesquisa, sugere-se ampliação no número de entrevistados, para que se faça possíveis comparações, e também esclarecer melhor os diversos aspectos do tema explorado.

REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Porte de Empresa**. Disponível em: < <http://portal.anvisa.gov.br/porte-de-empresa>>. Acesso em 18 Dez. 2017.

BANTERLI, Fábio Rogério; MANOLESCU, Friendhilde Maria K. As micro e pequenas empresas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do país. **XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de PósGraduação – Universidade do Vale do Paraíba**. São José dos Campos-SP – Brasil, 2007.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Porte de empresas**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>>. Acesso em 21. Nov. 2017.

BUENO, Valmor de Fátima Ferreira. **Avaliação de Risco na Concessão de Crédito Bancário Para Micros e Pequenas Empresas**. 187 f. Dissertação de Mestrado (Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

CÊRA, Kristiane e ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Particularidades de gestão da pequena empresa: condicionantes ambientais, organizacionais e comportamentais do dirigente**. In:

EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 796-812.

COGHLAN, D.; COUGHLAN, P.; BRENNAN, L. Organizing for Research and Action: Implementing Action Researcher Networks. **Systemic Practice and Action Research**, v. 17, n. 1, p. 37-50, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC. **As micro e pequenas empresas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000. 56 p. Disponível em: < <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/aspequenasemicriempresas.pdf>>

COSTA, José Ivandir da Silva. **Simples Nacional: Novo Modelo de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. FGV EBAPE, 2010.

DRUCKER, P. F. **Práticas de Administração de Empresas**. São Paulo, Pioneira, 1981.

FELIPPE, Mário Celso de; ISHISAKI, Norio; KROM, Valdevino. **Fatores Condicionantes da Mortalidade das Pequenas e Médias Empresas na Cidade de São José dos Campos**. VI I SEM EAD ESTUDO DE CASO, 2002.

FREIRE, Denilson Aparecida Leite; MURITIBA, Sérgio Nunes; MURITIBA, Patricia Morilha. **Taxonomia do Porte das Empresas em Pesquisas**: Caracterizando as Médias Empresas. Revista Científica Hermes n. 19, P. 536-560. 2017.

FILION, L. J. The definition of small business as a basic element for policy making. In: C. for S. The Institute of Sociology, USSR Academy of Science, Academy of Science of Georgia (Ed.); Small Business, Marketing and Society. **Anais....**, Tbilisy (Georgia, Rússia), 1991.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado. **Atividade de apoio à pequena empresa**: a Experiência Britânica. Revista de Administração volume 21(4) - outubro / Dezembro, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**. Brasília: IPEA, 2013.

KASSAI, S. **As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade, Caderno de Estudos, São Paulo**, FIPECAFI, v.9, n.15, p.60-74, 1997.

LEONE, N. M de C. P. **A dimensão física das pequenas e médias empresas (PMEs)**: à procura de um critério homogeneizador. Revista de Administração de Empresas, v.31, n.2, p. 53-59, 1991.

LEONE, Rodrigo Jose Guerra; LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. **Pequenas e médias empresas**: contribuições para a discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar - RaUnP - Ano 4, n.1 (outubro 2011. / março 2012).

LIMA, Afonso Augusto T.F.C. **Meta-modelo de diagnóstico para pequenas empresas**. 205 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2001.

MARTINS, J. G. F. **Proposta de Método para Classificação do Porte das Empresas**. 2014. 78 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Administração, Universidade Potiguar, Natal. 2014.

MARTINS, Jean Gleyson Farias.; LEONE, Rodrigo Jose Guerra; LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra . **Proposta de Método para Classificação do Porte das Empresas**.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAIS, J. M. **Empresas de pequeno porte e as condições de acesso ao crédito**: falhas de mercado, inadequações legais e condicionantes macroeconômicos. (Texto para Discussão, n. 1.189) Brasília: IPEA, jun. 2006a.

MORELLI, Gustavo Henrique de Faria. **Micro e pequenas empresas: a necessidade de prioridade na política econômica**. São Luiz: SEBRAE, 1994.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço. **Metodologia aplicada para a elaboração da publicação - Exportação Brasileira por Porte de Empresa**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2DvQwbkPTbEJ:www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/PORTE_EMP.txt+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 21 Nov. 2017.

OIS – Observatório Internacional Sebrae. **Pequenas e Médias Empresas no Reino Unido**. 2014. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/pais/reino-unido/>>. Acesso em: 21 Nov. 2017.

PIANCA, Sandra. **Um estudo sobre os fatores percebidos como Condicionantes do sucesso do micro e pequeno Empreendimento industrial no município de Ivaiporã, Estado do Paraná**. 121f. Dissertação de Mestrado (Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

PINHEIRO, M. **Gestão e Desempenho das Empresas de Pequeno Porte**: uma abordagem conceitual e empírica. (Doutorado em Administração) – FEA/USP, São Paulo, 1996.

RATTNER, Henrique. **Pequena e Média Empresa**: Acumulação de Capital, internacionalização da economia e as pequenas e médias empresas. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 1984.

RECOMENDATION, Commission. **Comission Recommendation**. Comissão das Comunidades Europeias: 6 Mai. 2003. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32003H0361>>. Acesso em: 03 Mai. 2017.

SANTOS, Débora Couto Caçado Santos. **O Princípio da igualdade tributária e o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte**, Faculdade de Direito Milton Canpos. Nova Lima, 2012.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. (Org.). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. São Paulo, 2014.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos Negócios em Números**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 11 Dez. 2017.

SEMENSATO, Barbara Ilze; FILHO, Edmundo Escrivão. Controle organizacional e pequena empresa: Controle organizacional e pequena empresa: estudo de caso no setor metal mecânico. **Revista da Micro e Pequena Empresa**. Campo Limpo Paulista, v.6, n.3, p.74-91, 2012.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. 2 ed. London: SAGE Publications, 1998.

TAFNER, Paulo. **Estratificação de Empresas: Histórico e Proposta de Classificação.** (texto para discussão, N° 386). Rio de Janeiro: IPEA, out. 1995.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento Estratégico como Ferramenta de Competitividade:** Desenvolvimento e Avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento. 2002. 221 p. Dissertação de Mestrado (Engenharia da Produção). Universidade de São Paulo. 2002.

TONN, R. Small Business Administration proposes size changes to small-business definition. **Colorado Springs Business Journal**, v. 1, n. 2, 2011.

VIEIRA, Flávia Regina Czarneski. **Dimensões para o diagnóstico de uma gestão estratégica voltada para o ambiente de empresas de pequeno porte.** 2002. 213f. Tese (Doutorado) - Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina 2002.

VEGARA, S. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

VOLKER, J. X.; PHILLIPS, M. D.; ANDERSON, S. J. Small business: a definition based on capital market requirements. **Journal of Business and Entrepreneurship**, v. 13, n. 1, p. 67-77, 2001.

SOBRE OS ORGANIZADORES

João Dallamuta - Professor assistente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduação em Engenharia de Telecomunicações pela UFPR. MBA em Gestão pela FAE *Business School*, Mestre pela UEL. Doutorando pelo INPE na área de pesquisa de gestão de projetos e produtos espaciais. Trabalha com os temas: Inteligência de mercado, Engenharia da Qualidade, Planejamento Estratégico, Empreendedorismo.

Luiz César de Oliveira - Professor adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)- Campus Cornélio Procópio. Graduação em Economia, Especialista em Economia Empresarial pela UEL e Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Doutorado em andamento em Economia, Gestão e Tecnologia pela Universidade de Coimbra - Portugal. Trabalha com os temas: Economia, Gestão e Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e “Triple Helix”.

Henrique Ajuz Holzmann - Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduação em Tecnologia em Fabricação Mecânica e Engenharia Mecânica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Doutorando em Engenharia e Ciência do Materiais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Trabalha com os temas: Revestimentos resistentes a corrosão, Soldagem e Caracterização de revestimentos soldados.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 1, 4, 6, 7, 12, 71, 147, 164, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 192, 205, 210, 215, 222, 223, 224, 250, 253, 254, 255, 262, 289, 290, 291, 300, 301

Avaliação de desempenho 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 136, 169, 178, 219, 304, 307, 315, 316

B

BCC 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 198

C

Capacidade de absorção 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

CCR 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 198

Competitividade 4, 36, 37, 46, 50, 60, 62, 64, 68, 69, 70, 86, 134, 135, 141, 181, 302, 324, 337, 338, 407, 408, 428, 429, 431, 438

Contabilidade 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 50, 51, 53, 58, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 254, 301, 323, 335, 363, 365, 366, 379, 380, 392, 393, 436

Contratações públicas 1, 3, 4, 12, 13, 14

Contratos administrativos 179, 180, 183, 187, 188, 192, 193, 263

Cooperativa 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Cooperativismo 122, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 416, 417

D

DEA 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 194, 196, 197, 198

Desempenho operacional 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Direito cooperativo 225

E

Eficiência 1, 3, 4, 6, 7, 12, 13, 16, 28, 32, 34, 38, 39, 43, 50, 61, 78, 85, 90, 133, 137, 149, 152, 158, 159, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 216, 233, 235, 239, 240, 265, 271, 290, 301, 305, 306, 338, 378, 385, 417

Estratégias em cooperativas 225

Ética 15, 16, 18, 24, 131, 215, 288, 292, 346, 419

Experimento 119, 121, 123, 124, 129, 266, 271

F

Feedback 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 61, 244, 285, 287, 313, 332

Ferramenta de gestão 25, 32, 33

Fiscalização 4, 13, 161, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 238, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 257, 263, 387

G

Gastos públicos 194, 195, 197, 204, 238, 242, 291, 301

Gerenciamento da qualidade 60, 62, 63

Gestão 15, 18, 19, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 107, 109, 111, 114, 116, 117, 118, 133, 135, 136, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 263, 264, 275, 278, 279, 288, 292, 297, 298, 299, 300, 301, 306, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 355, 366, 368, 370, 371, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 385, 391, 392, 419, 424, 426, 432, 433, 435, 436, 437, 438, 439

Gestão aeroportuária 146

Gestão de cooperativas 225

Governança 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 160, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 254, 264, 271, 292, 300, 303, 366, 407, 417, 419

Governança de tecnologia da informação 72, 73, 75, 76, 86, 87

I

Infraero 7, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Institutos federais de educação 194, 290

Integração com cliente 132, 135, 141, 142

Integração com fornecedor 132, 134, 135, 140, 141

Integração interna 132, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 278, 279

L

Lean Information Technology 72, 73

Lei 8.666/93 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 181, 183, 191, 192

M

Manutenção de registros históricos 119

O

Obras de infraestrutura 1, 2, 3, 4, 7, 12

Organização empregadora profissional 47, 48

Organizações 25, 26, 28, 31, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 49, 58, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 150, 151, 164, 179, 217, 224, 225, 227, 229, 238, 240, 245, 247, 248, 251, 275, 276, 277, 278, 279, 282, 287, 288, 292, 294, 303, 306, 315, 323, 332, 335, 346, 371, 378, 379, 383, 421, 425

P

Patrimônio 15, 17, 18, 22, 23, 24, 149, 262, 290, 351, 352, 353, 355, 399, 400, 423

Pequenas e Médias Empresas (PMES) 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 436

Perfil do colaborador 47

Políticas públicas 196, 198, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 241, 245, 251, 255, 258, 419, 421, 431, 433, 434, 435

Produtividade 4, 13, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 68, 70, 74, 106, 107, 116, 137, 170, 171, 188, 195, 196, 203, 228, 280, 326, 408, 418, 428

Profissional contabilista 15, 24

Q

Qualidade de vida no trabalho 33, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 45, 46

R

Reciprocidade 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 130, 213, 313, 371

Recursos humanos 36, 41, 43, 44, 50, 53, 61, 136, 194, 231, 264, 326, 334, 335

Redes 169, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224

Regime diferenciado de contratações – rdc 1, 4, 12

Relações público-privadas 146

Reputação 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

S

Sociedade 7, 15, 16, 17, 23, 24, 39, 40, 45, 48, 73, 120, 121, 122, 149, 151, 153, 156, 159, 160, 161, 162, 167, 180, 188, 195, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 219, 220, 223, 225, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 262, 267, 271, 277, 278, 280, 281, 282, 286, 287, 290, 291, 337, 340, 345, 378, 396, 398, 418

Sociedades mercantis 225

Sociedades por ações 225

T

Terceirização 47, 48, 51, 52, 54, 58, 150, 179, 180, 182

Transparência 4, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 123, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 221, 241, 247, 249, 252, 254

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-775-8



9 788572 477758